

# MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*

Nº 66  
Janeiro – 2006

## S U M Á R I O

**2** | *A China e os críticos de seu passado de ascensão pacífica*

Paulo Antônio Pereira Pinto

**6** | *A chantagem atômica*

Estevão de Rezende Martins

**8** | *O Hamas no poder*

Hussein Ali Kalout

**11** | *Hamas: uma nova oportunidade política ou um bloqueio no fim do túnel para a paz no Oriente Médio?*

José Ribeiro Machado Neto

**14** | *Estados Unidos na Ásia Central: reflexos da visita ao Afeganistão*

Virgílio Arraes

## RESENHA

**16** | *Relações Internacionais no Brasil: a expansão dos manuais*

Rogério de Souza Farias

## ***A China e os críticos de seu passado de ascensão pacífica***

**Paulo Antônio Pereira Pinto\***

Tenho recebido inúmeras críticas a respeito da versão benigna defendida, nas duas últimas colunas, quanto aos feitos do Almirante Zheng He<sup>1</sup>, que realizou viagem ao Sudeste Asiático, há seicentos anos.

Segundo os que se opõe a esta visão, os sete périplos efetuados pelo navegador chinês, entre 1405 e 1433, não tinham “intenções pacíficas”, nem dariam razão para expectativa atual de que estaria, em curso, um “peaceful rise of China”.

Para estes setores de opinião, ademais, a recente emergência econômica e política chinesa teria, como resultado, por exemplo, intensa disputa por recursos energéticos com os Estados Unidos e Japão. Haveria, também, a concorrência acirrada da RPC, com outros países em desenvolvimento, por investimentos externos. Tendo em conta, ainda, o crescente poderio militar chinês, resultante de seu programa de modernização das forças armadas, conflitos intra e extra regionais poderiam vir a ser provocados.

Nessa perspectiva, pretendo, neste artigo assinalar apenas alguns argumentos contrários aos objetivos de “busca de harmonia” das expedições de Zheng He, ao Sul das fronteiras do Império do Centro, no século XV.

Assim, sabe-se que o Sudeste Asiático é situado na confluência de rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente e, portanto, absorveu variadas culturas. O intercâmbio entre aquela região e o mundo exterior ocorreu, principalmente, ao redor do Mar do Sul da China, do Mar de Java e do Estreito de Malaca, que se

situam nas proximidades da China e da Índia e entre os oceanos Pacífico e Índico.

Desde o século I, portanto, o litoral do Sudeste Asiático foi cobiçado e disputado por diferentes potências regionais e externas, que trouxeram suas próprias formas de urbanismo, arquitetura e governança e religiões.

Antes da chegada dos europeus, no século XV, entre os anos 800 e 1368 – período que marcou o final da dinastia Yuan e início da Ming – comerciantes chineses começaram a visitar a região.

O navegador chinês mais importante desta época foi o referido Almirante Zheng He que, durante suas expedições, estabeleceu entrepostos comerciais, sob a autoridade do Imperador Yongle. Segundo seus relatos sobre as relações da antiga China Imperial com o Sudeste Asiático ou “Nanyang”, estas eram caracterizadas pelo tratamento diferenciado concedido a três grupos de “unidades tribais e políticas” então identificados. Hoje, tais conjuntos correspondem aos países seguintes: o constituído por Myanmar, Laos e Vietnã; o formado pela Malásia, Cingapura, Indonésia, Filipinas e Brunei; e o do Camboja e Tailândia

Segundo a opinião dos autores que procuram relacionar o “caráter pacífico” das viagens de Zheng He, com o atual processo de “ascensão pacífica” chinesa, o navegador chinês teria deixado, como legado de suas visitas, atitude de “coexistência pacífica entre diferentes religiões e grupos étnicos”. Teria

\*Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan (papinto@ms23.hinet.net). As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (papinto@ms23.hinet.net).

<sup>1</sup> Sobre o navegador chinês do século XV, vide, entre outras fontes bibliográficas, “Zhen He – Wikipedia, the free encyclopedia” [http://en.wikipedia.org/wiki/Zheng\\_he](http://en.wikipedia.org/wiki/Zheng_he)

promovido, então, espírito de tolerância, abertura e inclusão, através do comércio e interâmbio cultural<sup>2</sup>.

Assim – sempre de acordo com este ponto-de-vista – os imigrantes chineses que se instalaram em diversos pontos do Sudeste Asiático, com o apoio de Zheng He, foram os fundadores de muitas cidades costeiras. Nesse processo, estabeleceram princípios básicos de urbanismo, criaram portos, templos, mercados, ruas comerciais e salões de encontro, proporcionando identidade própria aos locais que então adotavam como nova residência.

Em contrapartida, os chineses tornar-se-iam “nativos” das localidades em que se instalavam, incorporando características regionais – como a arquitetura – a sua própria identidade cultural. Assim, formas de organização urbana inovadoras foram surgindo, incorporando elementos chineses e nativos, além de outras influências, resultando em paisagens que mesclavam elementos de diferentes origens.

Entre os principais críticos dos propósitos e legado das sete viagens de Zheng He, encontra-se o Prof. Geoff Wade, da Universidade Nacional de Cingapura<sup>3</sup>. Nesse sentido, este autor afirma que as expedições do Almirante chinês representaram, na verdade, missões colonizadoras e de invasão, com pouca diferença das empreitadas portuguesas no século XVI.

Segundo esta interpretação, 300 dos 400 navios utilizados por Zheng eram embarcações militares, e, entre os 28.000 tripulantes, a “maioria” eram soldados. Citando fontes históricas chinesas, o Sr. Wade informa que, no século XV, não havia potência marítima, seja na Ásia Oriental ou no Sudeste daquela região, capaz de representar ameaça a tal armada. Pouco sentido defensivo existiria, portanto, para que o navegador chinês contasse com tamanho poderio.

Nessa perspectiva, com uma frota “capaz de conquistar as cerca de 30 nações então existentes ao Sul da China” – de acordo com o autor em questão – era de se esperar que Zheng He buscasse “invadir, ocupar explorar e matar pessoas inocentes, por onde quer que passasse”. Sua experiência, ademais, seria imitada pelos colonizadores europeus, que chegaram à mesma região, no século seguinte.

“Colonialismo”, no entanto, segundo autores como Andrew Heywood<sup>4</sup>, “é a teoria ou prática do estabelecimento de controle sobre território estrangeiro, transformando-o em “colônia”. O colonialismo é portanto uma forma particular de imperialismo que se distingue pelo assentamento de pessoas e pela dominação econômica. Este tipo de prática foi utilizada por países europeus na África e Sudeste Asiático, na medida em que o governo colonial era exercido por comunidade estrangeira estabelecida naquelas regiões, por uma “mãe pátria” que era etnicamente distinta da população nativa”.

Não são encontrados registros, contudo, de que Zheng He tenha deixado, nas áreas incluídas em seus sucessivos périplos, um único navio, soldados ou “colonizadores”. Seria distinto o relacionamento do Império chinês com as nações ao Sul de suas fronteiras.

Cabe lembrar, no entanto, que, desde o início da Dinastia Yin, em 3.000 A.C., a nação chinesa desenvolveu sua própria civilização em isolamento, sem se defrontar com concorrente algum entre as culturas vizinhas. As tribos periféricas foram sempre menos adiantadas e, com frequência, aceitavam o Imperador chinês como seu próprio suserano<sup>5</sup>.

A ausência de rivais levava os chineses a dedicarem desprezo aos povos situados em seu entorno. Mesmo em momentos de fraqueza da China,

<sup>2</sup> “A Celebration of Diversity: Zheng He and the Origin of the Pre-Colonial Coastal Urban Pattern in Southeast Asia”, por Johannes Widodo, publicado pela Universidade Nacional de Cingapura. 2002.

<sup>3</sup> Vide livro “Admiral Zheng He and Southeast Asia”, editado por Leo Suryadinata e publicado pelo “Institute of Southeast Asian Studies”, em 2005. Capítulo 3, “Did Zheng He set out to Colonize Southeast Asia”, de autoria do Prof. Tan Ta Sen, Presidente da Sociedade Internacional Zheng He, em Cingapura.

<sup>4</sup> Andrew Heywood, em “Politics” (Londres: Macmillan, 1997), pag 116.

<sup>5</sup> A evolução histórica detalhada da China é encontrada em, entre outras obras, “An Outline History of China”, por Bai Shouyi, publicada por “China Knowledge Series”, “Foreign Languages Press”, Pequim, 1982.

quando alguns destes chegaram a invadí-la, como no caso dos mongóis (Século XII), os bárbaros acabavam sucumbindo perante a superioridade da cultura chinesa. Não havia, portanto, a noção de igualdade entre Estados.

Os chineses, portanto, desenvolveram, bem cedo, uma visão sinocêntrica do mundo. Este pensamento, incluía dois componentes principais. O primeiro era a idéia de que o Imperador da China reinava sobre aquele país e as áreas vizinhas, sem que, entre estas, fosse estabelecida qualquer distinção ou limites geográficos – eram consideradas simplesmente uma vasta mancha amorfa.

O segundo aspecto dizia respeito à percepção chinesa de que o mundo – dentro dos limites então alcançáveis – poderia ser governado de forma harmoniosa e pacífica, como uma sociedade ideal, sob o mando de um Imperador virtuoso. Unidade e harmonia eram, assim, os objetivos a serem atingidos, numa visão utópica de como deveriam estabelecer-se as relações internacionais, sempre ditadas a partir de um centro de decisões localizado dentro da China<sup>6</sup>.

Traço também característico, resultante dessa noção de superioridade chinesa, era a atitude de desdém com respeito ao comércio internacional, delegado a populações de outras etnias. Tal postura era devida ao fato de que a sociedade chinesa ter sido, essencialmente, agrária, não necessitando, como as potências europeias do século XVI, de acesso a recursos naturais, mercados e, portanto, de colônias.

Assim, no início da Dinastia Ming, o Imperador Zhu Yuanzhang desincentivou o comércio exterior, enquanto dedicava os recursos do país apenas a atividades agrícolas.

De acordo com decreto deste Imperador, “Todos os estados estrangeiros bárbaros além das montanhas e mares são situados em lugares isolados do universo. Capturá-los seria fútil, pois não são capazes de nos fornecer suprimentos ou alimentos adequados.

Qualquer tentativa de civilizá-los seria insignificante. Caso cometam a imprudência de nos invadir, sem avaliar suas próprias fraquezas, será desastroso para eles. Seria, contudo, de mal agouro para nós montar uma operação militar contra eles, desde que não representem ameaça à China. Apenas porque a China é rica e forte não é motivo suficiente para usufruir a satisfação de derrotar os outros. Não há razão para ações de caráter militar, visando a causar sofrimento a outros povos – devemos lembrar que não nos cabe fazer isso”<sup>7</sup>

Assim, laços de vassalagem foram mantidos com Myanmar, Laos e Vietnã, até o final da Dinastia Qing, marcado pela instalação do sistema republicano, na China, em 1912. A região predominantemente marítima do Sudeste Asiático – atualmente integrada por Indonésia, Malásia, Cingapura, Brunei e Filipinas – logo se separou da área de influência direta chinesa. Tailândia e Camboja ficaram em situação de dependência intermediária.

A lógica do relacionamento entre os estados tributários – ou vassalos – e o Império chinês derivava do próprio sistema de relações sociais entre o Imperador e seus súditos, previsto nas normas confucionistas, adotadas desde o século VI A.C.. De acordo com estas, o Imperador era soberano sobre todos “sob o Céu” e, na medida em que todo o mundo então conhecido era considerado “território imperial”, “todos os cidadãos do mundo deveriam pagar tributo ao Imperador”.

Nessa perspectiva, até o século XIX, a China permaneceu como a força política dominante, bem como o radiante centro de civilização na região, em virtude de seu desenvolvimento cultural e sofisticado sistema de organização política. Por isso, os países do Sudeste Asiático eram mais ou menos atraídos à esfera de influência chinesa, em busca de fonte de inspiração e legitimidade política. O Império chinês reciprocava, atribuindo à Nanyang vínculos especiais.

<sup>6</sup> A respeito da projeção da influência política chinesa, na Ásia Oriental, vide “East Asia – Tradition and Transformation”, por John K. Fairband, Edwin O. Reischauer e Albert M. Craig. Modern Asia Editions. 1976.

<sup>7</sup> Citado no artigo “Did Zheng He set out to colonize Southeast Asia”, por Tan Ta Sen, publicado em “Admiral Zhen He and Southeast Asia”, referido no item .

A influência criada pela China era, assim, expressa pela sua incontestável superioridade em termos de organização política e social e produção de normas éticas de procedimento executadas exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre nações. Não se procurava o domínio econômico ou a conquista territorial dos Estados vizinhos, com o emprego da força. Como resultado, o Sudeste Asiático tinha a percepção constante da existência de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida<sup>8</sup>.

A razão principal para que a China exercesse papel estabilizador na área, portanto, era devida à adoção pelos países vizinhos de sistema político-social semelhante ao monárquico chinês. Suas economias funcionavam, também, de forma similar e, através de intenso intercâmbio comercial, eram complementares.

Não existe um padrão de coerência e continuidade que permita traçar a evolução histórica da área da Bacia do Pacífico, até o século XX, de acordo com a metodologia normalmente utilizada para o estudo do progresso de civilizações ao redor do Mediterrâneo e Atlântico<sup>9</sup>.

Isto é, enquanto a China simplesmente encarava os Estados ao Sul de suas fronteiras como a periferia de seus domínios, naquelas outras partes do mundo desenvolvia-se intenso intercâmbio e trocas de influência, entre formações sociais cujo peso político variou através dos séculos, ora se equivalendo, ora uma superando a outras mas, sempre, interagindo.

O interesse dos chineses pela “bacia” do oceano que banha seu país, por outro lado variou muito em intensidade, no decorrer do tempo. Nunca houve uma visão estratégica ou de conjunto com respeito à “Nanyang”. O nome “Pacífico” só foi cunhado no século XVI, por Fernando Magalhães, após ter navegado por mares bem mais agitados, em seu entender.

É possível verificar, portanto, que o formato do relacionamento estabelecido pelas viagens de Zheng He foi, por um lado, fonte de moldura de estabilidade regional que perdurou durante séculos.

Por outro, criou desconfianças e receios que inspiram grande parte das tensões e percepções de ameaças hoje identificadas, quanto à existência de objetivos de dominação chinesa ao Sul de suas fronteiras.

<sup>8</sup> Vide “A China e o Sudeste Asiático”, por Paulo Antônio Pereira Pinto, Editora da Universidade – UFRGS. 2000.

<sup>9</sup> Gerald Segal, em “Rethinking the Pacific”, Clarendon Press, Oxford, 1990, pag. 3, analisa as dificuldades metodológicas para o estudo da evolução da Bacia do Pacífico.



## Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [meridiano47@gmail.com](mailto:meridiano47@gmail.com) indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

## A chantagem atômica

Estevão de Rezende Martins\*

Surpreende e assusta a opinião pública mundial o surto de nacionalismo bélico protagonizado pelo Irã nas últimas semanas. Não há, nisso, novidade. A lógica da guerra fria devia nos ter acostumado à ameaça constante do aniquilamento do planeta. Mais recentemente, a Coreia do Norte recorreu à chantagem atômica para obter vantagens dos grandes desse mundo. O conflito ancestral entre paquistaneses e indianos, em torno de diversos pontos de atrito (em particular a Cachemira), está continuamente sob a versão pós-moderna da espada de Dâmoques: o cogumelo atômico.

Desde a queda do Muro de Berlim o processo político internacional parecia ter-se transferido para as grandes questões comerciais. Compra e venda, competitividade e eficácia apareciam como as metas prioritárias de qualquer governo. Até a China maoísta se convertera ao credo da reconversão econômica afinal adotado com Deng Xiao Ping. É certo, contudo, que o mundo não se transformou num paraíso capitalista da noite para o dia. Resquícios do passado desequilibrado, política e economicamente, persistiram e, desde há alguns anos, afloram com razoável brutalidade acima da pretensa bonança comercial.

O Oriente Médio é uma bomba relógio constante, cujas explosões parciais abalam o mundo, embora ainda não tenham provocado a conflagração total de que seriam capazes. Pelo menos três epicentros de instabilidade política continuam ativos – e como. O conflito Israel-Palestina, de que se tem a quase cada dia um novo episódio de cortar o fôlego. O mais recente foco de crise é o suspense de se estar na dependência da saúde do primeiro ministro israelense Ariel Sharon, em meio a uma fase relativamente ousada de transformações políticas em Israel. O segundo epicentro é o Iraque, à origem de problemas internacionais graves desde a Guerra do Golfo, em

1990-91. A presença internacional nesse país, ao invés de ter resolvido, parece ter criado novos e graves problemas. Tem-se mesmo a impressão que o Iraque se transforma inexoravelmente em uma armadilha semelhante à que foi o Vietnã para os Estados Unidos nos anos 1960 e 1970, e o Afeganistão para a União Soviética, nos anos 1970. O Irã tornou-se um terceiro epicentro – renovado – com a pretensão de ingressar no restritíssimo clube dos proprietários de armas nucleares de destruição em massa.

É preciso lembrar que, desde a queda do Xá da Pérsia, em janeiro de 1979, o Irã tornou-se um enigma mal compreendido pelo quadro de referências do mundo político das potências ocidentais, a começar pelos Estados Unidos. Essa assintonia ficou mascarada enquanto durou a Guerra Fria. O medo do embate dos gigantes (EUA x URSS) transformava os demais em café pequeno. Desde 1990 a panela política pareceu perder pressão. A república islamista inaugurada no Irã, todavia, abriu caminho para uma forma de expressão teocrática que se pensava estar definitivamente banida da cena internacional. O laicismo ocidental cria ter triunfado de vez. Ledo engano. Levantada a capa dos períodos coloniais ou dos protetorados (de fato ou de direito) dominados ou exercidos sobretudo pelas potências ocidentais, retomaram força correntes latentes de identidade nacional e de afirmação social até então recalcadas.

Trata-se de uma receita explosiva, a de buscar a afirmação da identidade nacional de um país (o Irã, por exemplo), por recurso a um *mix* de nacionalismo do século XIX com fé religiosa salvífica e dogmática, que não recua diante da violência. A república dos aiatolás e ulemás reintroduziu o que o Iluminismo laico ocidental parecia ter exorcizado: a mescla entre política e fé, entre Estado e religião. O mundo (ocidental em particular) assistiu, pasmo, ao retorno

\* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (ecrm@terra.com.br).



à atualidade do discurso nacionalista enraivecido, catapultado a política de Estado pela convicção de que existiria uma missão divina a ser executada, custe o que custar, contra os infiéis. O mundo ocidental viu assim renascer, nas vozes do Oriente Médio do final do século XX, seu próprio passado medieval e pré-moderno, tosco e recheado de certezas brutas, afirmado e expandido pela força. Vê-se assim que o mundo não está sempre vivendo o mesmo tempo, em todos os lugares.

Sabe-se, ademais, que a escalada das ameaças e da violência é um beco sem saída. A destruição total é o ponto final. Como nos impasses da corrida armamentista do início do século XX ou como durante as apostas macabras da Guerra Fria, o que está no horizonte é a caveira da morte, e não a vitória de um ou de outro. Possivelmente por saberem disso os jurados da Academia norueguesa do Prêmio Nobel atribuíram o Prêmio da Paz de 2005 à Agência Internacional da Energia Atômica e a seu diretor, o físico nuclear egípcio Mohammed el-Baradei.

O Irã recorre ao que interpreta ser um momento de fraqueza internacional para avançar seus peões no tabuleiro nuclear. Nenhum projeto forte do Irã conseguiu avançar para além de suas fronteiras. O trunfo econômico do petróleo e do gás coloca o Irã em posição de relativa vantagem no plano das negociações. O nacionalismo religioso, em nada cinzelado pela dura experiência da sociedade humana ao longo de séculos de sofrimento, aproveita a presença, na presidência do Irã, de um leigo mais islamista do que seus próprios tutores, os aiatolás. As proclamações do presidente do Irã (como as anteriores

do líder norte-coreano Kim Jong-il) não são apenas palavras ao vento. A reação do presidente da França, Jacques Chirac, em 19 de janeiro de 2006, ao afirmar em discurso que seu país reagiria a ameaças concretas tanto de modo convencional como por recurso a meios “de outra natureza”, indica claramente que tais declarações não são meramente descartadas como bravatas. As declarações dos europeus, aliás, possuem um peso moral maior do que os exercícios de retórica desgastada do George W. Bush ou de Donald Rumsfeld. O risco, pois, é real.

É muito provável, porém, que a chantagem surta efeito, desde que negociadas as condições econômicas de uma eventual renúncia, por parte do Irã, a tecnologias nucleares aptas a produzir armamento. Costuma-se defender a tese de que não se deve ceder a pressões e a chantagens. Pois é: em tese, está certo. Na prática, contudo, as negociações políticas são mais complexas que esse tipo de simplismo. Hoje já não se pode mais meramente brandir a ameaça de que os que saírem da linha serão punidos militarmente. Os exemplos de que isso não funciona são inúmeros – veja-se o que ocorreu nos Balcãs ou o que ocorre na África sub-saariana.

Do ponto de vista do interesse mundial – e, pois, do nosso interesse como cidadãos que aspiram a viver em um mundo de paz, cujo horizonte seja a esperança e não o impasse – importa que esbravejamentos feitos à luz do dia cedam à aproximação prudente e persistente da negociação constante, sem que as partes se cristalizem em posições irreduzíveis, cujo desfecho seria um conflito armado, com todo seu séquito de infelicidades.

***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br>.

## O Hamas no poder

Hussein Ali Kalout\*

As mudanças ocorridas nos últimos seis meses no quadro político palestino e no quadro político israelense abrem espaço para uma nova perspectiva no médio oriente. Neste contexto, cabe sublinhar alguns elementos importantes, tais como: a retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza e o desmantelamento de assentamentos; a saída de Sharon do cenário político; a criação de novo partido político em Israel (Kadima); e a vitória do Movimento de Resistência Islâmica Hamas nas eleições parlamentares palestinas.

Hamas em árabe significa *"fervor"*. O Movimento de Resistência Islâmica Hamas foi criado, em 1987, quando da primeira Intifada – *"revolta popular"* –, com a finalidade de libertar os territórios ocupados e resistir à opressão israelense. Ao longo dos últimos 18 anos, o Hamas passou a operar junto à população palestina com assistência social, preenchendo lacuna deixada pela omissão do Estado. Tal fato angariou apoio popular e legitimidade ao Movimento.

A incontestável vitória do Hamas nas eleições legislativas palestinas, em janeiro último, a primeira eleição pluripartidária desde 1996, mostra a evolução do Movimento e sua capacidade organizacional. O Movimento Hamas conseguiu romper a hegemonia de mais de 40 anos de domínio do Partido Fatah ao conquistar 76 cadeiras das 132 do parlamento. Isso representa marco crucial no que tange ao cenário político palestino. Suscita, ainda, discussões sobre como o Hamas irá se comportar no poder e até que ponto o grupo poderá se engajar numa possível negociação de paz com os israelenses.

O esboço da campanha do Hamas foi consistente e equilibrado. O Movimento respeitou de forma plena a trégua estabelecida desde fevereiro de 2005, em

atendimento ao pedido do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, do Partido Fatah, de não realizar atentados suicidas contra o Estado de Israel.

A campanha do Hamas não se pautou em questões de guerra e paz com o Estado de Israel. No transcurso da campanha, o Movimento Hamas não mencionou a destruição total do Estado Hebreu. Os estrategistas do grupo se concentraram em apresentar um programa político alternativo, realista e viável para os problemas políticos e sociais que afligem a população palestina e denunciar a ineficiência e a corrupção do governo do partido Fatah.

Cumpre, a esta altura, enumerar os fatores que fortaleceram a posição do Hamas e o conduziram ao poder:

- a) a saída de Arafat de cena;
- b) a divisão do Partido Fatah em diversas facções;
- c) a incompetência administrativa do governo Ahmed Qorei;
- d) as falhas da ANP de promover reformas internas amplas;
- e) as dificuldades para eliminar a corrupção, o clientelismo e o autoritarismo;
- f) a inviabilidade da promoção de assistência social a contento para a humilhada população palestina.

No bojo da questão em pauta, insere-se, ainda, a retirada unilateral das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza por decisão do gabinete de Ariel Sharon. A ação pode ter incidido de forma indireta no aumento da popularidade do Movimento Hamas, visto como defensor do povo palestino em face do inimigo, Israel. Há de se mencionar, contudo, que a retirada do exército israelense não deve ser entendida como um

\* Professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e especialista em Oriente Médio (hkalout@gmail.com)



gesto de condescendência, tampouco de disposição espontânea de negociar a paz. O desmantelamento dos assentamentos ilegais na Faixa de Gaza ocorreu pelas seguintes razões:

- a) os assentamentos em Gaza tornaram-se obsoletos;
- b) localizam-se em zona perigosa e sujeita a constantes atentados suicidas;
- c) o custo de manutenção da segurança dos colonos é elevadíssimo;
- d) o Estado de Israel nunca nutriu interesse estratégico pela Faixa de Gaza, arenosa e improdutiva.

Os líderes do Movimento já ensaiam discurso cauteloso, prudente e pragmático e possuem amplo apoio interno para efetuar concessões, em virtude da legitimidade conferida pelo processo eleitoral. Entretanto, no curto prazo não se pode esperar das lideranças do referido Movimento mudanças drásticas quanto a seu discurso radical. Trata-se de processo complexo e condicionado ao fim das constantes agressões e da ocupação israelense.

A chegada do Hamas ao poder não pode ser concebida como maneira de impedir os esforços de negociação da paz. A disposição do governo de Israel é elemento central nesse paradoxo. A delimitação do

território do futuro Estado palestino não pode ser imposta de modo unilateral, conforme as necessidades e interesses estratégicos do Estado de Israel. A negociação de paz deve ser justa e equilibrada para ser definitiva e duradoura. Enquanto a ocupação persistir, o grupo não irá depor as armas nem renunciar ao direito de resistir.

A menção existente no estatuto do Movimento Hamas, quanto à destruição do Estado de Israel, é pura retórica, e as potências ocidentais, assim como Israel, sabem perfeitamente disso. O arsenal do Hamas composto por pedras, paus e homens-bomba não é páreo para o terceiro maior arsenal nuclear do planeta. A destruição total do Estado Hebreu, que consta como premissa básica no estatuto do Movimento, será revista, cedo ou tarde.

No contexto dessa nova geometria, faz-se necessário compreender, todavia, que mudanças bruscas não são costumeiras no universo das relações entre palestinos e israelenses. A ala política do Hamas vislumbra no médio prazo a transformação do grupo de um Movimento de Resistência Armada para um partido político consolidado. No poder, a dinâmica do “Partido Hamas” vai-se alterar em razão da necessidade de governabilidade e de sobrevivência no cenário político palestino.

## O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Outro dado da complexa equação que poderá trazer impactos sobre o processo de paz e mudar o curso da intensidade das relações entre o governo da ANP e o Estado de Israel relaciona-se às eleições israelense marcadas para março próximo. Com o Likud, do candidato Benjamin Netanyahu, o processo de paz continuará no mesmo estágio em que se encontra atualmente: estagnado. No que concerne ao recém criado Partido Kadima, do premiê em exercício Ehud Olmert, as mudanças não serão substanciais, pelo menos no curto prazo. O Kadima necessita de aliados para compor maioria no Knesset e assim poder governar. Já com os trabalhistas, do candidato Emir Peretz, existe a disposição da retomada das negociações de paz com base nos acordos de Oslo e no último diálogo ocorrido, em Camp David, sob a intermediação do ex-presidente norte-americano, Bill Clinton.

O papel dos Estados Unidos é fundamental, visto ser o único Estado capaz de forçar o governo israelense a sentar-se na mesa de negociações. Cortar a ajuda

financeira ao Hamas, em conjunto com a União Européia, constituiria erro crasso. Além de levar ao estrangulamento da já desmoronada economia palestina, o efeito da medida poderia ser contraproducente, tendo em vista a possibilidade de aproximação do Hamas da Síria (radical) e do Irã (fundamentalista). O ocidente estaria, assim, colaborando para o acirramento do fundamentalismo e do extremismo nos territórios ocupados.

O princípio da democracia não está calcado somente em pleitos livres ou eleições tecnicamente perfeitas. O respeito à vontade do povo e às decisões tomadas por governos legitimamente eleitos são igualmente relevantes. O espírito de entendimento entre israelenses e palestinos, voltado para a resolução pacífica do contencioso, deve ser a base do reconhecimento mútuo e da disposição de ambos de efetuarem concessões equilibradas para transformar as negociações de paz em meta segura e sólida.

O povo palestino elegeu o Hamas como representante maior no parlamento. Isto deve ser aceito e compreendido. Faz parte da democracia.



## ***Sobre Meridiano 47***

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

## ***Hamas: uma nova oportunidade política ou um bloqueio no fim do túnel para a paz no Oriente Médio?***

**José Ribeiro Machado Neto\***

Uma das mais sérias características de qualquer grupo terrorista é a sua inadequação a qualquer tipo de democracia. No Oriente Médio, a trajetória dos grupos terroristas é antiga, antecede à própria formação dos Estados judeu e palestino, em 1947.

É notória a implosão do Hotel David em Jerusalém, que causou a morte de dezenas de cidadãos britânicos. E, não menos, o horrendo massacre da aldeia árabe Deir Yassin, em 9 de abril de 1948, pelos clãs terroristas israelenses Irgun e Stern. Do Irgun fazia parte Menahem Begin, que posteriormente seria primeiro ministro de Israel, responsável pelo acordo de paz com o Egito em 1977, arquitetado na Casa Branca sob o governo Carter e, por isso, laureado com o Prêmio Nobel da paz, em 1978.

Com as sucessivas vitórias militares da Haganah, os principais líderes dos grupos Irgun e Stern foram incorporados ao exército permanente de Israel e, a partir de então, os feitos de reação terrorista ficaram a cargo dos esparsos grupos árabes, notadamente, o responsável pela implosão do *Palestine Post* e do *edifício da Agência Judaica*, ambos sob a liderança do palestino Fawzi el Kutub.

A ploriferação de grupos anti-Israel ultrapassaria os limites da Palestina, alcançando a Jordânia, a Argélia e a Tunísia, sendo mais tarde, entretanto, estancada, ainda que temporariamente, pelos êxitos do Mossad, Serviço de Inteligência de Israel.

O surgimento da Al-Fatah (1950), na época a maior e mais importante facção da Organização para Libertação da Palestina (OLP) – que, sob a liderança

de Yasser Arafat estender-se-ia até a primeira década do segundo milênio – tornara-se seu braço armado e responsável pela maioria dos atentados terroristas na região. As suas ações, entretanto, passariam a representar o estereótipo do terrorismo contra o mundo civilizado, com elevado custo de oportunidade política para a causa palestina.

A OLP durante os próximos anos representaria o governo palestino no exílio, tendo como principal objetivo o estabelecimento pela luta armada de um Estado árabe no território ocupado por Israel, com base na Resolução 181 da ONU (1947) e pelas guerras subseqüentes, até 1973. Depois da Guerra dos Seis Dias em 1967, a Al-Fatah seria transferida para a Jordânia, até ser expulsa em 1970, buscando abrigo no Líbano e, em 1982, na Tunísia. Apesar de ser a primeira facção da OLP a lançar ataques armados contra Israel, foi de forma paradoxal, a primeira organização anti-Israel a buscar meios para a obtenção da paz.

Além da Al-Fatah, seriam criadas outras facções anti-Israel. A Força 17 (1974), a Jihad Islâmica (1975) e, em 1987 o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas), pelo xeque Ahmed Yassin, cujo braço militar, a brigada Izz el-Deen al-Qassam foi o responsável por uma série de atentados contra Israel, a partir de 1996. Atualmente, trata-se da facção militarmente mais forte e a principal rival da Al-Fatah, não obstante a esta pertencer o atual presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, eleito em janeiro de 2005 com larga aceitação pelas potências ocidentais envolvidas na

\* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e professor de Formação Política e Econômica da América Latina, Formação Política e Econômica do Brasil, Coordenador do Núcleo de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI) e membro do Conselho Editorial da revista UNIVERSA, na Universidade Católica de Brasília (machadoneto@ucb.br).

concretização do processo de paz entre árabes e judeus.

O Hamas, além de não reconhecer o Estado de Israel, é contrário aos acordos de paz firmados em Camp David (1979), durante os governos de Carter, Begin e Sadat, bem como aos Acordos de Oslo (1993), firmados entre Yasser Arafat e Itzhak Rabin, sob o olhar pacifista de Clinton. Em Oslo foi criada a Autoridade Nacional da Palestina (ANP), sendo Arafat eleito presidente e estabelecido o controle palestino da Faixa de Gaza e da cidade de Jericó, na Cisjordânia.

A implementação gradual dos acordos de 1993 gerou um déficit democrático para Arafat e, para as demais facções palestinas, tendo em vista a limitada aceitação pelas demais lideranças árabes e as novas incertezas políticas motivadas pela agressividade da direita israelense, liderada por Ariel Sharon e Binyamin Netanyahu, ambos do partido Likud.

As contradições políticas do lado israelense no tocante à implementação dos recentes acordos, conduziram os palestinos a uma quase completa ausência de pragmatismos necessários à validação da recém criada ANP, à época considerada o *background* do Estado palestino.

As possibilidades de extensão do novo quadro de incertezas mostravam o enfraquecimento da OLP e, ao mesmo tempo, novas oportunidades para que uma ou mais facções palestinas assumissem o espaço vazio criado pelo enfraquecimento da liderança de Arafat na rota da paz. Na etapa alcançada em Oslo, em 1993, não se permitiu avanços facilitadores de reações armadas das facções anti-Israel e, nem mesmo, de novas *intifadas* que, se sucessivas, poderiam tornar-se pontos de partida para a quebra do equilíbrio necessário à manutenção do novo *pensar* árabe-judeu, imposto nos acordos de 1993.

O limitado pragmatismo conquistado em Oslo deu lugar a novos acordos em setembro de 1995, aumentando a esfera de poder da ANP, cujo controle sobre as grandes cidades árabes da Cisjordânia representaria considerável parcela dos territórios árabes ocupados por Israel. À primeira vista, a nova conquista palestina representava a interrupção da intermitente instalação de colônias judaicas na região

e o livre acesso palestino a rodovias estratégicas. Em um plano macro político significou um *coup d'oeil* da ANP; para o trabalhismo israelense, uma possibilidade de validar a tese da troca de terra por paz, instituída por Rabin e Peres, porém veemente contestada pela direita (Likud), cuja consequência maior foi assassinato de Rabin em novembro de 1995.

Entretanto, o isolamento de Arafat e o seu desaparecimento em novembro de 2004 não distanciaram os líderes da Fatah do processo decisório palestino, pois a eleição imediata de Mahmoud Abbas para a presidência da ANP reviveu o clima de diálogo com Israel. Entretanto, a evolução dos descontentamentos em relação ao curso da administração da Faixa de Gaza, as ameaças dos EUA em suspender a ajuda financeira aos palestinos e a elevação do muro idealizado por Sharon tornar-se-iam fatos responsáveis pela nova clivagem palestina.

Por conseguinte, há de se considerar, também, que a súbita retirada dos colonos judeus de Gaza pelo exército israelense não foi suficientemente capaz de atenuar o clima de tensão na região. Por outro lado, causaria, inclusive, sérios descontentamentos na cúpula do Likud, permitindo a Sharon e a seus aliados a formação de uma nova base político-ideológica, concretizada com a criação do Kadima (Adiante), um novo partido de centro, hospedeiro dos descontentes do Likud.

Acrescentando-se a tudo isso, têm-se a incapacidade da ANP em recompor a infra-estrutura em Gaza e o visível acomodamento dos partidários da Al-Fatah – diante da cizânia israelense – visto pelo mundo árabe sob a forma voluntária de uma *hudna* (cessar-fogo), que haveria de permitir a ascensão do Hamas e a sua rápida preparação para as próximas eleições parlamentares, ocorridas recentemente. A vitória, entretanto, mais parece representar no momento um *apartheid* do que um passo à frente com novas condições de negociação – uma espécie de *aggiornamento* – tão necessário para o reordenamento político da causa árabe-palestina.

A vitória do Hamas nas últimas eleições palestinas – com a maioria de 76 dos 132 assentos no

Parlamento – está canalizando para a Faixa de Gaza e para a Cisjordânia uma séria volatilidade política, que põe em risco a relativa capacidade de negociação da ANP com as demais facções.

No campo externo, o Hamas antecipa-se de forma contrária à normalidade das relações tão necessárias com a Síria, com o Líbano e com a Jordânia – ainda que de comportamentos distintos – são considerados fiadores da causa palestina. Mesmo assim, essa faculdade da ANP e os riscos de um novo isolamento político palestino não parecem preocupar o líder do Hamas, Ismail Haniya, que para o apaziguamento imediato apenas faz menção a uma possível parceria política, sob sérias ameaças dos seus

seguidores filiados às Brigadas dos Mártires de Al Aqsa, braço armado do Hamas.

Considerando a possibilidade de formação de uma coligação Hamas-Fatah, com a homologação de outras facções anti-Israel, um novo pragmatismo político poderia surgir como uma forma de pacificação das mentes palestinas. Para tanto, tornar-se-ia necessário à volta das elites palestinas ao centro político, ainda aterrorizadas com a vitória do Hamas, o reconhecimento do Estado de Israel e de suas instituições, o distanciamento das bravatas iranianas e, finalmente, o desejo de relacionamento com as nações ocidentais, a exemplo dos EUA, pois se todos se relacionam e negociam, todos ganham.



## ***Meridiano 47***

***Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais***



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ISSN 1518-1219**

**Editor:** Antônio Carlos Lessa

**Editor-adjunto:** Virgílio Arraes

**Editor-assistente:** Rogério de Souza Farias

### ***Conselho Editorial:***

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

**Projeto Gráfico:** Samuel Tabosa de Castro – [samuel.tabosa@gmail.com](mailto:samuel.tabosa@gmail.com)

## **Estados Unidos na Ásia Central: reflexos da visita ao Afeganistão**

**Virgílio Arraes\***

*People all over the world are watching the experience here in Afghanistan (...) I hope the people of Afghanistan understand that as democracy takes hold, you're inspiring others. And that inspiration will cause others to demand their freedom. And as the world becomes more free, the world will become more peaceful*  
[http://kabul.usembassy.gov/bush\\_visit\\_afghanistan.html](http://kabul.usembassy.gov/bush_visit_afghanistan.html).

Com parte de tal alocução presidencial, celebra-se a recente viagem de George Bush ao Afeganistão, Paquistão e Índia como o ponto alto de sua política externa, especialmente em relação ao presente mandato, sobremodo corroído perante a opinião pública norte-americana. À primeira vista, em função do atual desgaste de duas guerras atabalhoadas contra países periféricos, seria possível supor o alcance de um trunfo considerável na questão nuclear com a negociação lançada à Índia, ainda mais diante da postura permanentemente desafiadora do Irã, componente do antigo tríptico desenvolvido pela diplomacia estadunidense há alguns anos sob a alcunha de 'Eixo do Mal'. Contudo, o périplo por três países demonstra um panorama distinto de êxito, diferentemente do perfil delineado após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. O realce negativo inicia-se pelo primeiro país percorrido: a República Islâmica do Afeganistão, dividida administrativamente em 34 estados.

Lá, a presença foi inesperada e breve – menos de cinco horas no dia 1º de março. A comitiva presidencial não se arriscou sequer a passar uma noite na capital afegã, supostamente sob controle de um regime firmemente institucionalizado. Recorde-se que, em dezembro de 2005, o Ministro da Defesa, Donald Rumsfeld havia citado o país como modelo na luta contra o terrorismo. Notícias do país são, às

vezes, contraditórias porque muitas das restrições ao trabalho jornalístico emanam do próprio governo, por meio de uma comissão com poderes para multar e mesmo aprisionar profissionais do setor. Por outro lado, não há a aplicação do mesmo rigor nas questões vinculadas à segurança, arrecadação de impostos e fornecimento de serviços básicos.

Assim, há sinais de que o governo, apoiado pelos Estados Unidos, controla tão-somente as áreas imediatas à capital, de sorte que o restante do território é dividido por milícias, das quais muitas agrupadas em torno do Talibã, com interesses bastante difusos. O quadro poderia ser mais grave e, não fossem os préstimos da diplomacia norte-americana, é possível que a Declaração de Boa Vizinhança, de dezembro de 2002, não fosse subscrita pelos seis países limítrofes ao Afeganistão, de forma que a integridade territorial estivesse também sob perigo. No entanto, a guerrilha transita pela fronteira paquistanesa sem dificuldades, conforme avaliação da burocracia afegã. Oficialmente, a diplomacia norte-americana espousa posição contrária, ao considerar que a administração paquistanesa alterou seu relacionamento com o Talibã, após setembro de 2001 – horas antes da chegada do Presidente Bush a Cabul, 45 combatentes, incluindo um checheno relacionado com a Al-Qaida, foram mortos na fronteira em decorrência da ação de efetivos do Paquistão.

\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB (arraes@unb.br).



Saliente-se que as tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mesmo em Cabul, estão sob alvo de ataques suicidas inspirados pelo Talibã – oficialmente, mais de 40 países participam da Operação Liberdade Duradoura. Enquanto se debate a possibilidade de ampliar, de modo significativo, o número de membros das tropas norte-atlânticas, o governo norte-americano deseja retirar parte das suas – respectivamente, um aumento de nove para quinze mil ao passo que a retirada abarcaria entre dois e quatro mil de um efetivo de dezenove mil. Tal manobra permitiria à OTAN testar a permanência prolongada em fronteiras distintas das suas, de forma que desdobrasse a sua capacidade de futuras operações. Isto se justifica em decorrência de problemas de entrosamento advindos do caráter multinacional de suas tropas.

Mais de 90% do auxílio norte-americano destina-se à questão militar, ou seja, ao dia-a-dia, de forma que não há perspectiva para o Afeganistão. Desde o final de 2001, os estadunidenses despendem com os afegãos 66,5 bilhões de dólares dos quais 5,7 bilhões foram distribuídos para reconstrução, ajuda humanitária, assistência técnica etc. Ademais, organizações não governamentais e empresas recebem diretamente mais verbas que o próprio governo afegane. A projeção para a formação de forças armadas, com um efetivo em torno de 70 mil pessoas (até o fim de 2005, pouco mais de 1/3 havia recebido treinamento adequado), encontra-se programada para 2010, três anos após extinguírem-se os comandos militares locais.

Quanto à economia, há ambiente para o andamento de atividades apenas agrícolas, ligadas ao

manejo tradicional e de caráter imediato, em face da atividade aleatória das incursões militares. Não houve, até o momento, a construção regular de estradas ou de canais de irrigação, por exemplo. Não fosse a instabilidade, haveria a possibilidade de reedificar a prospecção de gás natural, desativada desde a saída da extinta União Soviética. Desta forma, o cultivo volta-se mais e mais para o plantio da papoula, extremamente rentável – estima-se o país como responsável por 90% da produção mundial de heroína. Lamentavelmente, o Afeganistão situa-se entre os mais pobres do mundo. O auxílio externo é insuficiente. Basta considerar que o total das contribuições internacionais está aquém do necessário, notadamente quando se comparam valores: os afegãos recebem de auxílio *per capita* míseros 57 dólares enquanto os bósnios, kosovares e timorenses perceberam na devida ordem 679, 526 e 233 dólares.

Por fim, há dificuldades expressas em estimular o moral da população afegã a favor da democracia patrocinada pelos Estados Unidos. Um dos exemplos refere-se à base de Guantánamo, utilizada como presídio das operações militares efetivadas no Afeganistão e Iraque. De lá, há notícias desabonadoras em relação à observância da legislação internacional. Em sua defesa, o Pentágono pondera que a visão do público é incompleta, devido ao sigilo de inúmeras informações, o que deturparia a análise. Todavia, denúncias sobre o tratamento em suas instalações somam-se às de prisões no Iraque, comandadas pela aliança amero-britânica, de forma que a suposta defesa por um valor, democracia ou liberdade, materializa-se na realidade não com magnanimidade, mas com lamentável mesquinhez.



## **RESENHA**

### ***Relações Internacionais no Brasil: a expansão dos manuais\****

**Rogério de Souza Farias\*\***

Não se faz necessário grande exercício analítico para perceber que a área de Relações Internacionais no Brasil sofreu um importante processo de evolução nos últimos quinze anos. De uma rápida leitura dos jornais diários, até um passeio em qualquer grande livraria dos centros comerciais das metrópoles brasileiras, percebe-se ao mesmo tempo o aumento da atenção da sociedade pelos temas atinentes da disciplina e o nível variado de relevância e qualidade de certas reflexões.

Esses dois fenômenos foram acompanhados de um acontecimento marcante no ensino de Relações Internacionais no país: a explosão dos cursos de graduação no país, notadamente na região sudeste e sul. Esse movimento, por seu turno, também significou na área do ensino uma pulverização e falta de consistência disciplinar no tratamento da literatura reverberada pelas dezenas de programas que foram criados e sustentados sem uma boa literatura de apoio.

Foi observando esse quadro, e com a preocupação de dar suporte ao trabalho de professores no exercício da docência na graduação, que várias instituições se esforçaram no confluyente exercício de publicar bons "livros-textos". Entre esses esforços, o mais sistemático foi, sem dúvida, a publicação da coleção Relações Internacionais pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) entre os anos de 2001-2003.

Usados nas mais diversas instituições de ensino de Relações Internacionais no Brasil, a coleção foi um sério e necessário exercício de preenchimento de uma grande lacuna na produção bibliográfica brasileira dedicada ao suporte ao ensino.

O esforço da editora Campus, agora Elsevier, se inscreve, portanto, dentro desse processo amplo que visa dar mais qualidade acadêmica no esforço de reflexão das Relações Internacionais em "manuais" que possam servir de base para disciplinas específicas da área. Para tanto, a editora apresenta nessas três publicações autores que construíram seus textos com base em sólidas experiências de ensino.

Cabe aqui, preliminarmente, algumas considerações de contrastes e similitudes entre as obras. Primeiro, e de especial relevância, somente os livros de Herz e Hoffmann e o de Nogueira e Messari se inscrevem no arcabouço epistemológico restrito do marco disciplinar das Relações Internacionais. Já o volume de Baumann, Canuto e Gonçalves está, em grande medida, informado pela reflexão metodológica e teórica da disciplina de economia. Segundo, com a exceção do volume de Nogueira e Messari, os livros trazem recursos interessantes para a dinâmica de ensino como palavras-chave, exercícios para fixação de leitura, tópicos de principais questões abordadas no capítulo, quadros explicativos e seleção de leitura para o aprofundamento posterior do estudo.

\* Resenha de BAUMANN, Renato, CANUTO, Otaviano, et al. *Economia internacional: teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 442 p. ISBN: 85-353-1441-0. HERZ, Mônica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 268 p. ISBN: 85-352-1453-4. NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p. 85-352-1687-1.

\*\* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (rofarias@gmail.com).

Um contraste que pode ser feito entre os trabalhos é a forma pela qual eles trazem a experiência brasileira para suas respectivas contribuições. O de Baumann, Canuto e Gonçalves, nesses termos, se refere com especial atenção aos marcos gerais da inserção da economia brasileira no mundo, enquanto no livro de Nogueira e Messari é explícita a menção de como, por se tratar de uma produção brasileira, o volume pode trazer uma abordagem plural, sem privilegiar nenhuma teoria específica ou perspectiva etnocêntrica, apresentando um texto bem adequado para estudantes brasileiros. Essa preocupação, contudo, não está presente no livro de Herz e Hoffmann, já que as autoras não se preocupam em passar em revista a inserção do Brasil nas Organizações Internacionais relacionadas no volume.

Nas considerações particulares sobre o livro de Herz e Hoffmann, observa-se que o livro já ocupa um espaço importante na literatura brasileira de relações internacionais. O que se tinha de mais próximo de um manual de Organizações Internacionais (OIs) até então era o livro de Ricardo Seitenfus, que resvalava em uma falha bastante comum em exercícios de síntese: o perfil excessivamente descritivo e institucional na análise das OIs. Faltava tanto maior profundidade analítica, como um aporte teórico próprio da disciplina para a compreensão sistemática dessa que é uma das mais dinâmicas e proeminentes áreas das Relações Internacionais. Dentro desse excelente empreendimento teórico que as autoras tiveram destacam-se algumas considerações relevantes. Primeiro, está a forma como elas inscrevem o fenômeno analítico das OIs dentro de um perfil relevante de mecanismos de estabilização do sistema internacional. Segundo, o percuciente entendimento das autoras que as ações das OIs não são necessariamente o reflexo da soma ou da barganha de posições de seus membros constituintes, já que elas podem adquirir “relativa autonomia em relação aos Estados-membro” e até “elaborar políticas e projetos próprios” (p. 23). Terceiro, o manual das autoras configura estudo bastante moderno na disciplina, dado a forma pela qual elas inscrevem o fenômeno da sociedade civil global e do regionalismo

dentro dos marcos conceituais do estudo da governança global.

O livro *Economia Internacional*, por seu turno, traz um perfil bastante abrangente e atual. O volume é claramente um exercício que, ao mesmo tempo em que revisita teorias clássicas e modernas de comércio e investimento internacional, avança pelo terreno fértil da interdisciplinaridade ao abordar as negociações comerciais internacionais. Os autores, dessa forma, inovam ao trazer para a discussão de economia internacional uma análise institucional, política e histórica de certos processos no marco disciplinar da economia política e das Relações Internacionais. Mas falta, contudo, um entendimento mais sistemático de como processos políticos e fluxos econômicos se inter-relacionam. Os autores também vão ter a preocupação de revisar a profunda literatura das variadas teorias de economia internacional como, por exemplo, o modelo econômico IS-LM de Robert Mundell e Marcus Fleming. É relevante e digno de mérito o esforço dos autores em colocar de forma direta e explicativa o texto, fazendo com que ele possa ser entendido por leitores não especializados em economia. Isso, contudo, tem limites, muito mais derivado do próprio objeto da disciplina (que tem uma complexidade intrínseca) do que da iniciativa de simplificarem e explicarem certos modelos de forma mais didática.

Já o volume de Nogueira e Messari tem como proposta trazer uma visão diferente sobre a leitura dos debates de teoria das relações. Procurando oferecer um leque variado de abordagens teóricas para o leitor, sem demonstrar explicitamente uma dominância de uma vertente teórica sobre as demais, os autores apresentam cada uma de forma autônoma e sem referência às demais. Mesmo admitindo um pluralismo crescente na disciplina, cada vez mais aberta às divergências internas, há o reconhecimento que as teorias convencionais ainda têm grande prestígio nos periódicos e programas de pesquisa, notadamente nos Estados Unidos.

O grande mérito do livro está na forma pela qual os autores realizaram uma síntese bastante explicativa de um universo copiosamente complexo de dinâmicas

explicativas das Relações Internacionais, não se limitando ao debate entre racionalistas e construtivistas ou o existente entre neoliberais e neo-realistas que ainda aplanam a disciplina. Ao ler o trabalho dos autores, contudo, ficam latentes duas questões. A primeira é a de como um esforço de realização de uma leitura brasileira, voltada para os problemas do Sul, pode ser realizado quando não há uma internalização nos debates do *mainstream* acadêmico da disciplina de qualquer contribuição do Sul – afastando talvez a contribuição dependentista. A segunda questão relaciona-se ao objetivo dos autores de fazer uma leitura das teorias “de maneira autônoma e sem referência às demais” (p. 9), quando a própria construção teórica deriva de um debate entre teorias. Um exemplo claro é o importante trabalho de Alexander Wendt, *Social Theory of International Politics*, no qual ao avançar uma ontologia distinta das Relações Internacionais o autor vai revisar e criticar cerradamente a teoria de Kenneth Waltz.<sup>1</sup> Dessa

forma, a visão estanque na apresentação das teorias, apesar de poder ter algum recurso didático, compromete a explanação. Os autores, contudo, não aparentam cometer esse equívoco, ao se afastarem de suas premissas em momentos cruciais em que a referência cruzada de teorias é demandada.

Por fim, cabe salientar que os três livros passaram por um trabalho editorial cuidadoso. Mas se esse trabalho sofisticado e apurado redundou em um trabalho primoroso, deve-se tomar nota aqui de um aspecto imperioso para a disseminação das obras: o custo elevado para que alunos de graduação possam adquirir as obras em um agregado de custos considerável que estes têm que arcar durante o curso de seus estudos. Resta aqui ter a expectativa de que obras de igual quilate continuem a ser apresentadas aos leitores brasileiros, com preços mais acessíveis às condições desses que são os destinatários principais dessas obras.



<sup>1</sup> WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. WALTZ, K. *Theory of International politics*. Boston: Addison-Wesley, 1979.